



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Às quatorze horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, após a verificação da
2 presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice a *quadragésima Segunda*
3 *Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no*
4 *Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF*. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio – Maurício
5 Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* - Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides
6 (Titular) e Alba Evangelista Ramos (Suplente); *Casa Civil* – Rosatilde Santana Carvalho de Lima
7 (Titular); *Emater*: Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Almeida de Queirós Silva (Suplente);
8 *Ibram* – Irving Martins Silveira (Titular); *Sema* – Patrícia Valls e Silva (Titular) e Mona Grimouth
9 Bittar (Suplente); *Seduh* – Edna Aires (Titular). *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*: Associação
10 de Agricultura Ecológica – AGE - Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira (Titular) e Universidade
11 Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); Associação
12 dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular); Fundação Mais
13 Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini Minoti (Titular); Federação
14 das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA - Ana Paula de Sousa Fernandes (Titular) e Fape-DF
15 – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuários: Abastecimento Urbano, Coleta,*
16 *Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*: Companhia de
17 Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular) e Fabio Bakker
18 Isaias (Suplente); *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador
19 – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Teresa Cristina Moreira Corrêa (Suplente); Associação
20 dos Produtores Rurais do Córrego do Cristal - Maria Selma Lima Kim; *Usos Não Consuntivos*:
21 Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz (Suplente). **Ausências**
22 **Justificadas**: *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular) e Rodrigo Batista
23 de Oliveira (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Diana Veronez (Titular) e Hiltton Antonio
24 Domingos Moreira (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). Com
25 a palavra o Presidente Ricardo Minoti. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de
26 presença e quórum; **II – ORDEM DO DIA** – 1. Eleição para a Secretaria Geral do CBH Paranaíba-
27 DF; 2. Situação da bacia do rio Melchior e perspectivas quanto à solicitação da comunidade para
28 a revitalização da Bacia e a revisão do enquadramento; 3. Situação das unidades de conservação
29 situadas nas bacias abrangidas pelo CBH Paranaíba-DF. **III – INFORMES GERAIS** – 1.
30 Acompanhamento do nível do lago Paranoá; 2. Reestruturação da CABH Adasa; 3. Implementação



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

31 do Plano de Bacia do Paranaíba-DF; 4. Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos
32 Hídricos no DF; 5. Gerenciamento dos Recursos do Procomitês; 6. Andamento dos trabalhos –
33 GTEA; 7. Andamento dos trabalhos – GT Sobradinho; 8. Andamento dos trabalhos – GT PSA; 9.
34 Outros. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS – 1. Verificação das presenças e quórum.**
35 Verificou-se a grande presença da comunidade na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de
36 boa convivência durante a reunião. Leitura da pauta. **II. ORDEM DO DIA – 1) Eleição para a**
37 **Secretaria Geral do CBH Paranaíba-DF** – O Presidente iniciou a eleição, via chat para a
38 ocupação do cargo de secretaria geral do comitê, visto que a pessoa que ocupava o cargo (Alba
39 Evangelista) representante da Adasa foi destituída e a vaga tem de necessariamente ser ocupada
40 por um membro do órgão de governo. Como nenhum órgão se candidatou, Fabio Bakker (Caesb)
41 se colocou à disposição para dar apoio provisório até que a eleição aconteça. **2) Situação da bacia**
42 **do rio Melchior e perspectivas quanto à solicitação da comunidade para a revitalização da**
43 **Bacia e a revisão do enquadramento** – Ricardo Minoti dando prosseguimento à pauta trouxe ao
44 conhecimento de todos, solicitações diversas feitas pela comunidade do rio Melchior. Sendo:
45 revisão do enquadramento do rio Melchior, aprovada no âmbito da Resolução Nº 02 do Conselho
46 de Recursos Hídricos do DF (CRH); Apresentação de uma síntese dos trabalhos realizados no
47 âmbito do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica do CRH-DF; Apresentação de uma análise dos
48 trabalhos para o controle da poluição da água na Bacia Hidrográfica do rio Melchior desde 2014 e
49 sobre a evolução do quadro de melhoria ambiental no atingimento das metas intermediárias do
50 enquadramento; Reavaliação das condições de todas as Licenças de Operação das ETE's e das
51 estações de tratamento de chorume em operação; limpeza em caráter emergencial das margens do
52 rio Melchior; Realização de gestão dos órgãos competentes para melhoria do tratamento do
53 chorume lançado, fazendo a reutilização para irrigação da grama que recobre o aterro de
54 Samambaia; Realização de campanha pública para revitalização da bacia; Estudos de indicadores
55 bióticos para salvar a ictiofauna. Com a palavra Juliana (Adasa) apresenta os dados de indicadores
56 de qualidade dos recursos hídricos com o monitoramento do ponto de controle da UH do rio
57 Melchior com seu devido índice de conformidade e enquadramento, realizado trimestralmente de
58 2015 a 2020. Com a palavra Renan (Caesb) sugere uma Resolução Distrital que defina
59 enquadramento dos limites da água “classe 4” para a gestão de qualidade dos recursos hídricos.
60 Em uma apresentação verificou-se uma considerável evolução na cabeceira do rio Melchior quanto



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

61 a ocupação urbana e os consequentes lançamentos realizados no rio. Com isso, verificou-se o
62 comprometimento da qualidade da água e alguns sinistros com a travessia do esgoto e o
63 consequente reparo junto a todos os órgãos competentes para que fosse diminuído os prejuízos ao
64 meio ambiente, adequando aos níveis legais estabelecidos. Ricardo sintetiza dizendo que foi criado
65 um GT que era coordenado pela Adasa pela Abes/DF. Renan explica que o grupo foi criado em
66 meados de 2015, antes da crise hídrica com o objetivo de acompanhar o enquadramento com a
67 ideia de discutir o que mostrar para a sociedade em termos de chuva, vazão, índices de qualidade
68 da água. Ricardo expõe os comentários via chat dos participantes da reunião, quanto às
69 apresentações. Renan explica sobre a diferença dos dados da qualidade da água em tempos de
70 chuva e seca. Frisando que, segundo o monitoramento realizado a época, identificou-se que em
71 tempos de chuva, devido a pressão sofrida pela água sua qualidade cai de forma considerável.
72 Juliana (Adasa) complementa a fala explicando que mesmo com todos os acontecimentos
73 levantados pelo Renan, os níveis de monitoramento encontram-se dentro dos padrões pertencentes
74 a classe 4. Complementa que a Adasa realiza a fiscalização regular das outorgas concedidas dentro
75 dos parâmetros legais. O Hudson (Adasa) endossa que a fiscalização dos lançamentos de afluentes
76 nos corpos hídricos é de competência da Adasa e feita de forma regular. Em levantamentos feitos
77 pela comunidade via chat verificou-se que com o passar do tempo com as mudanças climáticas a
78 qualidade da água cai em tempos de seca. Foi levantando também as questões das licenças
79 concedidas para as ETE's e suas consequências para o aumento da poluição. Renan diz que as
80 outorgas concedidas para as ETE's estão sendo revistas entre Adasa e Caesb e frequentemente
81 renovando as condições. Quanto ao lançamento e a zona de mistura, Renan esclarece que ali não
82 pode ter uso nem para navegação. Trata-se de um local resguardado para a mistura de afluentes.
83 Ricardo confirma com o Hudson de quanto em quanto tempo é realizado a fiscalização dos
84 lançamentos e Hudson sintetiza a questão dos enquadramentos e que a fiscalização de afluentes é
85 realizada anualmente e diz que se houver alguma denuncia a Adasa fiscaliza de maneira individual.
86 Renan trás as práticas de reuso propostas pelo CONAN/DF para que diminua a poluição nos corpos
87 hídricos o que por sua vez não tem regulamentação legal. Sugere que os comitês proponham uma
88 ação eficiente para isso. Ricardo pergunta para o Renan qual é o espaço da zona de mistura onde
89 dificilmente consegue se recuperar a crosta negra. Renan diz esse cálculo é feito de forma
90 hidráulica e que na Resolução vigente não existe nada específico. Ricardo frisa que as perguntas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

91 realizadas para o SLU não poderão ser respondidas, visto que não se tem presente na reunião
92 nenhum membro do SLU mas que encaminhará as perguntas para a Câmara Técnica. Ricardo
93 finaliza a discussão dizendo que o rio Melchior está recebendo uma carga tratada de esgoto e que
94 comprovadamente o que compromete a qualidade da água no rio são as ligações clandestinas que
95 entram nas redes de águas pluviais e são lançadas nos corpos aquáticos. Levanta que os dados
96 estão sendo tratados e que os órgãos têm se esforçado para controlar. Que as demais discussões
97 serão encaminhadas para Câmara Técnica responsável para que tais discussões avancem quanto a
98 proposta de revitalização da bacia do rio Melchior. Quanto a proposta de revisão do
99 enquadramento, Ricardo diz que vai ser discutido na Câmara Técnica também e propôs uma
100 votação quanto ao encaminhamento Ricardo solicita que as representações sociais (associações)
101 se mantenham em conexão com os CBH. **3) Situação das unidades de conservação situadas**
102 **nas bacias abrangidas pelo CBH Paranaíba-DF** – Ricardo sugere que o ICMBio inicie a
103 apresentação sobre os licenciamentos ambientais em tramitação na área de proteção (APA) do
104 planalto central, dentro da área de abrangência do Comitê da Bacia do Paranaíba. Com a palavra
105 Maurício (ICMBio), que apresenta um breve levantamento sobre os Processos de Licenciamento
106 Ambiental, associados a parcelamento do solo urbano, com impactos hidroambientais
107 consideráveis dentro da Bacia Hidrográfica do Paranaíba (região do Ribeirão Sobradinho – Grande
108 Colorado: Região da Serrinha do Paranoá – Lago Paranoá e Região do Tororó – Rio São
109 Bartolomeu), os quais se encontram em tramitação no IBRAM e ICMBIO. Mauricio destaca os
110 desafios encontrados com o crescimento urbano na região de Sobradinho/Colorado e na Serrinha
111 do Paranoá/Lago Norte. Destaca que os processos de parcelamento em andamento no IBRAM,
112 gera na APA e nessas áreas da Bacia, uma pressão hidroambiental, com preocupantes repercussões
113 socioambientais e com necessidade de ampliação das infraestruturas que hoje são deficitárias
114 nessas três regiões. Primeiramente, registrou que em Sobradinho haverá a implantação de ao
115 menos três novos projetos de parcelamento de solo urbano de intensidades consideráveis, que
116 prevê um aumento populacional de quase 100 mil novos habitantes nessa região do DF. O projeto
117 mais a montante do Ribeirão Sobradinho vem a ser o Residencial Sobradinho, de responsabilidade
118 da Terracap. Há ainda a previsão nessa região da implantação dos Projetos de Urbanização
119 “URBITÁ” e Vila Célia, na área da antiga Fazenda Paranozinho. Para o Projeto Urbitá está
120 proposto um sistema de captação de esgotamento sanitário, ligando o empreendimento a sua



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

121 respectiva estação de tratamento, em parte sobre áreas de veredas e APPs do Ribeirão Sobradinho,
122 que vem a ser preocupante pois essa mesma área de APPs, faz parte de um dos importantes
123 Conectores Ambientais do DF, segundo o próprio PDOT-DF. O ICMBio elaborou parecer técnico
124 questionando algumas das intervenções propostas para a construção desse grande empreendimento
125 e solicitando complementações e esclarecimentos ao IBRAM. Ocorre que o Ibram já concedeu as
126 “licenças de instalação” para esses dois últimos Projetos, sendo que o do Projeto Urbitá foi emitido
127 recentemente ainda em 2021 (LI nº 02/21). O Ministério Público já instaurou um processo
128 administrativo a respeito. Para viabilizar esses empreendimentos na Fazenda Paranoazinho, ainda
129 em 2018 foi aprovado pelo GDF por Decreto Distrital, uma “DIUR” estabelecendo o “Projeto
130 Urbitá”, sendo que as licenças do IBRAM foram emitidas antes da manifestação do ICMBIO,
131 sobre a alegação de que não se aplicaria à esses dois últimos Empreendimentos, o Art. 46º da Lei
132 do SNUC, no âmbito dos respectivos Empreendimentos. Inclusive, o Parque Linear previsto nos
133 estudos e proposto também pelo proponente como RPPN, para proteger esse Conector Ambiental,
134 não foi contemplado nas respectivas licenças emitidas pelo IBRAM. Nota-se que tem havido um
135 grande impacto ambiental em volta da fazenda Paranoazinho, inclusive com ocupações irregulares
136 de terceiros e já há limitações na capacidade do sistema de saneamento instalado pela CAESB na
137 região do ribeirão Sobradinho. Esses dois Empreendimentos nessa Fazenda são de grande porte, e
138 contarão com um número alto de novos habitantes, sendo que os mesmos foram aprovados e
139 licenciados pelo Ibram, sem qualquer manifestação atual do ICMBIO. Foi utilizada uma ALA de
140 2010, que o ICMBIO havia emitido para a regularização dos condomínios que estavam irregulares,
141 mas já existiam na área da Fazenda Paranoazinho em 2010, mas não havia na época a previsão nos
142 estudos afins, a implantação dos Projetos Urbitá e Vila Celia, este último elaborado por pessoa
143 jurídica com CNPJ diferenciado da ALA de 2010. Destacou-se ainda os impactos do adensamento
144 e da verticalização que irão ocorrer nessa região do DF. Inclusive, o Projeto Urbitá propõe como
145 alternativa ao esgotamento sanitário afim, instalarem uma estação de tratamento de esgoto, no
146 outro lado da DF-020, numa área que o Empreendedor adquiriu a jusante do Ribeirão Sobradinho.
147 Estudos comprovam que há inviabilidade quanto ao uso da atual estrutura da Caesb de Sobradinho.
148 Do ponto de vista técnico, os Empreendimentos URBs 1 e 2 (primeira etapa do Projeto Urbitá)
149 vão gerar um grande problema também de drenagem, cujas bacias de contenção estão previstas
150 em áreas próximas ou mesmo nas APPS do Ribeirão, que apresentam limitações legais. Além



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

151 disso, está prevista uma alta taxa de impermeabilização, para uma área que hoje é composta
152 basicamente de uma grande área verde e de cerrado. De acordo com o Plano de Manejo da APA-
153 PC/ICMBio, a área deveria conter no mínimo 20% da mesma sem impermeabilização, porém o
154 Ibram aprovou um projeto contrário ao previsto pelas normas do ICMBio, autorizando que 90%
155 da área seja impermeabilizada. Estão previstas nessa mesma área do Projeto Urbitá, um conjunto
156 de quadras urbanas e cada uma com possibilidade de haver edificações de até 15 andares, o que
157 causará também um impacto paisagístico na região. Isso mudará as características de Sobradinho,
158 de uma cidade que ainda contem aspectos rurais, para uma cidade densamente urbanizada e
159 adensada, elevando ainda o número da população. Maurício (ICMBio) apresentou também as
160 linhas gerais desses três projetos, destacando os impactos na área do Ribeirão Sobradinho,
161 questionando ainda que o Ibram não deu retorno aos questionamentos técnicos apresentados pelo
162 ICMBIO. É importante destacar que a licença para uso de áreas de APP, só poderia ser concedida
163 para fins da instalação de infraestrutura por interesse público. Destaca-se que quanto a antiga área
164 rural, onde está previsto a instalação do Residencial Sobradinho, os ocupantes das duas outras
165 fazendas existentes nesse local, não têm conhecimento da instalação desses empreendimentos em
166 suas propriedades ou posses. Esse outro empreendimento da Terracap será também um novo
167 parcelamento de solo urbano, com a previsão de uma outra grande ocupação e verticalização entre
168 duas áreas urbanas consolidadas em Brasília nessa região de Sobradinho I e II, ao longo do Córrego
169 do Brejo do Lobo, que é um afluente do ribeirão sobradinho. Com esses Empreendimento crescerá
170 o aumento na demanda por captação hídrica e consequente produção de esgoto nessas regiões.
171 Fora que esses locais contam com uma grande quantidade de nascentes. Quanto a área da Serrinha
172 do Paranoá, onde a Terracap pretende instalar os Setores habitacionais Taquari II e III, trata-se de
173 uma área que também está sofrendo muita pressão e que possui mais de 100 nascentes, além de
174 ser a terceira área prioritária para proteção na APA do Planalto Central pelo ICMBio. Próximo a
175 essas áreas encontra-se o ponto de captação de água da Caesb, justamente para abastecer essa
176 região e também Sobradinho. Serão ao menos 02 (dois) grandes empreendimentos previstos para
177 essa região nesse momento. Um tramitando (taquari III) e o outro já judicializado pelo MPDFT
178 (Taquari II). Todos esses dois empreendimentos têm uma alta projeção populacional, lembrando
179 que haverá também problemas de trânsito e de esgotamento sanitário na região. Destaca-se que o
180 ICMBio não é contra nenhuma desses empreendimentos apresentados, mas precisam de que os



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

181 estudos e os projetos garantam o uso do solo de forma regular e ambientalmente equilibrado e a
182 implantação das devidas medidas mitigadoras e compensatórias, que permitam a sustentabilidade
183 ambiental dessas regiões. No caso da Serrinha do Paranoá, deve-se ainda garantir que 50% dessa
184 área não seja impermeabilizada. Há também nessa região do Taquari, um parcelamento de solo
185 ilegal que foi embargado pelo ICMBIO em 2018, o Prive Lago Norte II. Há ainda em tramitação
186 nos Órgãos Ambientais, só que para a região da bacia do Tororó, o empreendimento denominado
187 “Novo Lago”, com previsão de edificações de até 10 andares, numa área que é predominantemente
188 rural. Há ainda uma nova previsão legal de que a região ao longo da DF-140, possa ser ocupada
189 com novos projetos de parcelamento de solo urbano, com possibilidade de edificações de até 30
190 metros, o que poderá resultar num grande impacto ambiental e um preocupantes adensamento em
191 toda região, até a fronteira com o estado de Goiás. Com a palavra Ricardo Minoti que elogiou as
192 colocações de Mauricio e comentou da importância de que haja estudos técnicos prévios dos
193 prováveis impactos de cunho hbroambiental, para toda essas sub-bacias. Lembrou da importância
194 da gestão correta dos resíduos sólidos. Manifestou preocupação com a bacia de sobradinho e as
195 demais. Solicitou ao Mauricio que quando o CBH tiver alguma manifestação sobre o Tororó irá
196 solicitar ao Maurício uma nova apresentação. Ricardo leu algumas perguntas e questionamentos
197 no chat quanto à diferença de entendimento entre o Urbitá e o ICMBio. Ricardo diz que teríamos
198 a participação da representante da SEDUH, porém não conseguiu. Com a palavra Regina Fittipaldi
199 que inicia agradecendo a abordagem do Maurício, pontuando que sentiu falta de uma abordagem
200 em relação a parte sul do DF, porque existem áreas como a Granja do Ipê, que é uma unidade de
201 conservação do DF e tem planos de zoneamento, solicitou ainda um olhar do Mauricio por saber
202 que essa área está sendo objeto de especulação imobiliária, com várias tentativas de ocupação
203 irregular com cercamento ilegais várias vezes. Pessoas plantam pés de bananeiras e colocam
204 roupas nessas áreas para simular que estão morando no local. A área Granja do Ipê contém 2 corpos
205 hídricos que são os córregos Capão Preto e Ipê, os únicos com qualidade hídrica do braço sul do
206 lago Paranoá, solicitou aliança e apoio do ICMBio na resistência dos moradores as ocupações
207 irregulares. A comunidade aguarda liberação dos documentos, que são entraves e que tem
208 conhecimento de que existem interesses que beneficiam alguns em detrimento de outros. A Sol da
209 Ong Oca do Sol, trouxe o ponto sobre a importância das áreas de recarga e aproveitou para
210 perguntar se o ICMBio, além de indicar as condicionantes, acompanha a aplicação dos mesmos e



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

211 o enraizamento dessas condicionantes na implantação de licenciamentos como o de “Arniqueiras”.
212 Ricardo passa a palavra para Sol, que perguntou se a população está tendo voz no processo de
213 revisão do PDOT. Sol afirma ainda que estamos à frente da indústria da grilagem no DF, sugere
214 pensarmos em alguns caminhos e algumas possibilidades de encaminhamentos junto aos MPs,
215 sendo o escopo do CRH que é um dos parlamentos das águas do DF. Primeiro, como nós podemos
216 trabalhar a questão de influenciarmos nos planos urbanísticos (DIURs), que estão saindo
217 completamente fora do plano de manejo das APAs e completamente fora do Plano do Paranaíba
218 DF e do próprio ZE. Quem poderia fazer essa contestação em relação aos planos urbanísticos que
219 se contrapõem as diretrizes da ZE, que se contrapõem as diretrizes dos outros planos e normas
220 existentes. Onde e em que espaço? Como trabalhar com as condicionantes e o passivo ambiental?
221 Por fim, questiona a questão da proposta do Parque Pedra dos Amigos, na região da Serrinha do
222 Paranoá, afirmando que o Ibram “sentou em cima” do projeto de implantação desse Parque
223 Distrital nessa região. Comentou achar que o Ibram é conivente com a grilagem. Solicita respostas
224 sobre a proposta do novo Parque, pois faz 06 meses e nada andou. Ricardo passa a palavra para o
225 Renan (Caesb), que informou que sempre que consultada em termos de engenharia, transposição
226 de recursos hídricos, etc, dá a melhor solução que melhor cabe para a sociedade. Diz que se fossem
227 consultados antes dos projetos já estabelecido e elaborados, talvez a morosidade fosse menor,
228 compreende que temos poucas soluções para o Melchior e sobre as questões que o Maurício
229 colocou. Sugeriu que o CBH envie uma documentação em forma de uma “Moção” para os órgãos
230 responsáveis, falando das preocupações com relação ao impacto dos recursos hídricos e a
231 necessidade de serem estudados e avaliados os impactos hidroambientais de forma sinérgica por
232 sub-bacia hidrográfica no DF. A Sol propõe estudos prévios por sub-bacias, pois não contém na
233 legislação regras específicas a respeito, enquanto ocorre muitas construções irregulares ou novos
234 projetos que são analisados separados e individualmente. Com a palavra Maurício concorda com
235 a sugestão do Renan de ser elaborada uma “Moção”, sobre a análise prévia dos impactos
236 hidroambientais por sub-bacias e também responde a alguns questionamentos, dentre eles o da
237 Fittipaldi. Solicita que a mesma leve as demandas sobre a granja do Ipê formalmente ao ICMBIO
238 e IBRAM. Quanto a Arniqueiras, Mauricio diz que o ICMBio tem feito fiscalizações no local e
239 em Vicente Pires, alegando ainda que foram solicitadas informações sobre a implantação dos
240 respectivos condicionantes nessas áreas ao IBRAM e Terracap. Demonstrou ainda que há uma



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

241 preocupação em relação ao IBRAM, pois precisam definir se irão fazer licenciamento do ponto de
242 vista de acompanhar as consequências ambientais e os respectivos condicionantes, para garantir a
243 sustentabilidade dessas áreas ou se continuaram a fazer o licenciamento apenas porque a lei manda,
244 só acompanhando as consequências por demandas externas, porque o que pode estar acontecendo
245 é um “faz de conta” ambiental, trazendo como exemplo o Noroeste, onde depois de mais de 10
246 anos da emissão das licenças, só com a ação dos MPs e da Justiça, foi que as coisas avançaram e
247 alguns importantes condicionantes começaram a sair do papel, como o cercamento do Parque
248 Burle Marx. Diz que muitas vezes o ICMBio solicita ao Ibram informações sobre a execução de
249 condicionantes, mas que ao cruzarem as informações com as apresentadas pelos empreendedores,
250 os dados muitas vezes não batem. No caso do Noroeste consequentemente multou-se a Terracap.
251 Afirma que há a necessidade de um afinamento mais consistente entre o ICMBIO e o IBRAM, do
252 ponto de vista para garantir que os condicionantes para a sustentabilidade, realmente estejam de
253 acordo com a visão ecológica do século XXI ou saiam do papel. Exemplo: drenagem voltada para
254 a recarga de aquíferos, diminuição da taxa de impermeabilização, inclusive com estacionamento
255 permeáveis, reuso das águas, e demais opções técnicas mais sustentáveis. Com a palavra Ricardo
256 Minoti que concorda com os encaminhamentos propostos pela Sol e Renan. Lembra das
257 competências dos comitês e apesar de algumas discussões serem hidroambientais, existe uma
258 preocupação permanente com a quantidade e qualidade das águas do DF. Ficou acordado que o
259 CBH fará o encaminhamento colocado, sugerindo fazermos isso na próxima reunião, após
260 tentarmos marcar uma conversa com o Ministério Público. Mauricio sugeriu que esse
261 encaminhamento não seja feito em forma de denúncia, mas que seja solicitado ao MPDFT, o
262 acompanhamento dos procedimentos técnicos relativos aos referidos processos de licenciamento
263 nessas áreas. Porque esses processos de licenciamento só estão começando. Ricardo solicitou que
264 o Mauricio redija uma minuta da referida Moção, para que o Comitê possa avaliar e promover a
265 sua aprovação na próxima reunião. Ricardo frisa que a questão da secretaria geral do comitê
266 também será discutida na próxima reunião. Ricardo passa a palavra pra Sol que solicita colocar
267 como outro encaminhamento, o envio de um Ofício para a Adasa, perguntando porque que foi
268 concedido outorga de poços numa área pública que é alvo de grilagem, que vem a ser o
269 Condomínio Privê II. Mauricio aconselha que esse questionamento seja feito junto ao Conselho
270 de Recursos Hídricos. Lembra que a Adasa tem critérios para a concessão de licenças. Com a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

271 palavra Hudson (Adasa) diz que depois da crise hídrica a Adasa firmou um convenio com o
272 Ministério Público, tornando o processo de outorga mais rigoroso. Inclusive existe uma resolução
273 da Adasa que não permite a outorga de novos poços em novos parcelamentos irregulares que
274 estejam em formação. Existe no DF o que chama de parcelamentos consolidados e não
275 consolidados. Que os parcelamentos que já estão consolidados e que já estão com condomínios e
276 casas já habitadas, esses parcelamentos conseguem a autorização porque se existe famílias
277 morando, a Adasa tem de regularizar esses poços. Agora novos poços onde são identificadas pela
278 Agefis que é um parcelamento irregular, inclusive o mapa está disponível na internet, a Adasa tem
279 investido com critério nessa observação antes da outorga. Quanto ao posicionamento do Mauricio
280 de levar para o Conselho (CRH-DF), o Conselho é um órgão que estabelece critérios para outorga,
281 inclusive ajuda nos processos de emissão das licenças. Com a palavra Renan concorda que tem
282 um GT sobre outorgas na Câmara Técnica do CRH, sem ter certeza por quem é coordenado.
283 Ricardo frisa que precisa ser redigida para ser aprovada a moção ainda na próxima reunião.
284 Ricardo diz que o representante titular do Ibram, Irving Silveira não está presente na reunião por
285 motivo de férias e que o Leandro Salles não tem condições de responder. Com a palavra Leandro
286 (Ibram) que justificou que ficou calado durante a reunião, mas refletindo o papel do Ibram na
287 política de recursos hídricos e de licenciamento ambiental. Disse que um ponto que deve ficar
288 claro é que o Ibram no procedimento de licenciamento ambiental, leva em consideração o que os
289 demais órgãos colocam e o Ibram respeita os limites de outorga fornecidos pela Adasa, ele registra
290 que o ICMBio tem consciência de que nem tudo é taxativo e que as vezes tem de ter consciência
291 de entre algumas normas, existem diferenças na interpretação do que está sendo tratado, sabendo
292 diferenciar caso a caso. Cabe como Comitê estarmos sempre discutindo os atos normativos do
293 Ibram, principalmente porque eles vão impactar nos recursos hídricos. Sugeriu a importância do
294 Superintendente ou qualquer outro técnico da área participar das reuniões do Comitê. Que não tem
295 conhecimento de tudo e que não tem opinião concreta de cada caso. Que foi criado um GT para a
296 serrinha do Paranoá para criação do novo Parque e que as coisas já estão caminhando, que possuem
297 deficiências na quantidade de quadros técnicos diante da alta demanda de processos no IBRAM.
298 Ricardo complementa a fala, achando pertinente que se traga o Superintendente de licenciamento
299 nas próximas reuniões. **III. INFORMES GERAIS – 1. Acompanhamento do nível do lago**
300 **Paranoá** – Ricardo passa a palavra para Juliana (Adasa), pois como todos já sabem houve a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

301 abertura das comportas do lago Paranoá, e não houve descumprimento da cota máxima =
302 1.000,80m. A mesma explica que um ponto importante a registrar é que não houve
303 descumprimento da resolução da Adasa nº 21/2020, que é a resolução que determina as cotas
304 diárias do lago Paranoá. O que aconteceu foram registros de cotas próximas a 1.080m em
305 decorrência ao acumulado de chuva desses últimos dias de fevereiro. No dia 13/02 um acumulado
306 de 48mm em 5h45m, dia 19/02 62mm, dia 21/02 61mm, dia 23/02 67,20mm. O que se tem
307 acumulado na barragem da estação do lago Paranoá para o mês de fevereiro de 433mm de chuva.
308 É importante esclarecer que toda a abertura das comportas foi feita de forma planejada. A CEB
309 fez contato com a Adasa e esclareceu toda alteração que seria feita, as comportas foram abertas
310 gradativamente. A CEB levou em consideração a vazão dos afluentes, a previsão de chuva, assim
311 como todo o procedimento de evasão do lago Paranoá. Conclui que a operação está sendo exitosa.
312 Com a palavra Carlos que acredita que as medições não são automáticas e nem a abertura das
313 comportas; que foi comunicado de uma reunião em cima da hora; que que o clube náutico pediu
314 uma avaliação das consequências do transbordo porque existem postos de gasolina que sofrem
315 riscos de contaminação. Foi acionado uma hora antes para ter um aval de uma ação da defesa civil.
316 Afirma que o assunto está sendo tratado desde janeiro quando o lago estava numa cota muito baixa.
317 Sugere automatização do sistema com telemetrias, gel processamento, GPS e aproveitamento da
318 água. Ricardo passa a palavra para a Priscila (CEB) que afirma que o órgão tem a telemetria da
319 cota e seu registro e acompanhado a cada 15 minutos. Possui normas e procedimentos aprovados
320 para a abertura de comportas; que todo o procedimento é e foi seguido. Nunca houve atraso na
321 abertura. Afirma que a cada nível que o lago atinge é aberto um nível X de água observado a
322 população em volta para que não haja inundações. Conclui afirmando que a operação é feita em
323 conjuntamente com a defesa civil e o corpo de bombeiros. Ricardo passa a palavra para a Vandete
324 (Adasa) que sugere uma nova reunião para que seja formalizado os demais informes afins. Devido
325 à falta de tempo, Denise (Mais Cerrado) fez o informe do GT-EA no chat da plataforma, informou
326 que realizou uma proposta de um curso a ser incluído no Plano de Capacitação denominado “Per-
327 Curso Planejador: Construindo colaborativamente o Plano de Educação Ambiental do CBH-
328 Paranaíba-DF” a ser ministrada por ela. Nessa proposta foi sugerido integrar o processo de
329 planejamento do Plano de Educação Ambiental do CBH a um curso de capacitação quanto a
330 utilização de ferramentas de metodologia colaborativa em ambiente virtual (como Miro,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

331 ideaboardz, metimeter, spacial chat, google forms, etc.). Enquanto curso, objetiva produzir
332 conhecimento a partir do saber do coletivo dos membros do GT-EA, além de capacitar os
333 participantes na utilização das ferramentas virtuais, e enquanto processo de planejamento, visa
334 definir diretrizes de ação coletiva prioritárias dos GTEA e oportunidades para a formação de
335 agentes multiplicadores em EA. Ricardo finaliza a reunião mantendo uma serie de questões em
336 pauta que devido as longas discursões não puderam concluir. Ricardo menciona o e-mail do grupo
337 do comitê, sendo: cbhparanaibadf@gmail.com para que seja enviado qualquer comunicação extra.
338 Ricardo encerrou a reunião agradecendo a todos.

339 Os informes restantes foram postergados para a reunião seguinte do CBH Paranaíba-DF:

340 **2. Reestruturação da CABH Adasa; 3. Implementação do Plano de Bacia do Paranaíba-DF;**
341 **4. Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no DF; 5. Gerenciamento dos**
342 **Recursos do Procomitês; 6. Andamento dos trabalhos – GTEA; 7. Andamento dos trabalhos**
343 **– GT Sobradinho; 8. Andamento dos trabalhos – GT PSA; 9. Outros.**

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente